

É o assessor de Funaro confirma: vai ser um plano nosso, não dos credores.

As necessidades de financiamen-tos internos e externos para manter a economia brasileira cres-cendo a uma taxa entre 5% e 7% ao ano, nos próximos quatro anos, de-verão ser divulgadas pelo governo na próxima semana. Junto com elas, virão algumas medidas para promover as exportações e estimular a poupança interna, privada e pública. E nisso consistirá o que vem sendo chamado de "Plano", definição considerada "impró-pria", para um esboço de programa econômico, por Paulo Nogueira Batista Júnior, assessor especial do Ministério da Fazenda para a questão da dívida externa.

Qualquer que seja o seu nome, no entanto, ele vem para estabelecer as diretrizes de um ordena-

mento interno da economia e não para atender às pressões dos cre-dores, segundo o mesmo assessor. "Um programa desses é de interesse nosso, para ser discutido e apro-vado internamente e não para ser levado à mesa de negociações, pa-ra receber a aprovação dos ban-queiros", afirma Nogueira, que on-tem participou de um debate sobre o assunto na Ordem dos Econo-mistas.

Nesse programa de ajuste, a meta de crescimento interno está projetada em 5% para 1987. "É um ano de ajustamento, após dois de forte crescimento", justifica o as-sessor. Segundo ele, este é o mo-mento de "aumentar os investi-mentos para aumentar a capacida-de de produção do País", pois no

horizonte do governo não está pre-visto uma diminuição do nível de consumo, embora a taxa de seu crescimento venha, inevitavelmen-te, a ser mais contida.

A munição que o governo vai usar tem duas direções iniciais an-tes de convergir para o mesmo al-vo. A primeira, de acordo com No-gueira Júnior, será promover as exportações, mantendo taxas cam-biais realistas. E para ele, a atual se enquadra nesse realismo "já que o governo está trabalhando com a previsão de um saldo comer-cial em torno de US\$ 8 bilhões".

A segunda direção leva ao estí-mulo da poupança interna. E isso será conseguido com a manuten-ção de juros reais positivos, confor-me o assessor de Funaro. Positivos,

mas não tão altos como nos últimos meses, período em que "mantê-los elevados foi uma política necessá-ria de combate à inflação".

No setor público, garante No-gueira Júnior, também haverá in-centivos à poupança, "mas não sob forma tributária, sobre a popula-cão".

Instrumentos como o FND — Fundo Nacional de Desenvolvi-mento —, e a tributação de produ-to em novembro, foram lembrados por ele como eficientes na capta-ção de recursos para os investi-mentos oficiais.

A última direção, é claro, im-plica na diminuição das remessas líquidas de capital ao Exterior.

Moracy R. de Oliveira